

SESSÕES DO PLENÁRIO

130ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de dezembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (57)

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há um requerimento assinado por mais .de 21 Srs. Deputados.

(Lê):- *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de lei nº 20.083/2012 e o Projeto de lei nº 20.085/2012.”*

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência da sessão no dia 01/11/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 26 e 28/11/2012 e 06/12/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Fabrício Falcão, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/12/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 05/12/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Pastor Sargento Isidório, comunicando sua ausência da sessão no dia 03/12/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Delegado Deraldo Damasceno, comunicando sua ausência da sessão no dia 11/12/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Roberto Carlos, comunicando sua ausência das sessões nos dias 28 e 29/12/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. José de Arimatéia, comunicando sua ausência das sessões nos dias 10 e 17/12/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Carlos Brasileiro, comunicando sua ausência da sessão no dia 17/12/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de informar aos Srs. Deputados que vamos iniciar a votação do melhor secretário e melhor presidente de empresa. Cada deputado poderá votar em três secretários e três presidentes de empresa.

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das sessões ordinárias 121^a, 123^a, 124^a, 125^a, 126^a, 127^a e 128^a, realizadas, respectivamente, em 04, 06, 10, 11, 12, 13 e 17 de dezembro; das sessões especiais 42^a, 46^a, 47^a e 50^a, realizadas, respectivamente, em 28 de novembro, 10, 12 e 17 de dezembro; e das sessões extraordinárias 26^a, 27^a, 28^a e 29^a, realizadas em 04, 11, 12 e 12 de dezembro.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.Com a palavra o deputado Cacá Leão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sr. Presidente, nobre colega deputado Marcelo Nilo, que caminha para mais dois anos à frente desta Casa Legislativa, com certeza com o

apoio de todos os seus pares, no dia de hoje, como, provavelmente, deveremos encerrar as atividades do nosso ano legislativo de 2012, venho à tribuna aproveitar este momento para agradecer aos colegas, agradecer aos baianos o ano de 2012.

Tivemos, no ano, alguns momentos difíceis, sabemos das lutas, batalhas internas, mas, com certeza, todos os 63 deputados, imbuídos do mesmo propósito que é a melhoria de vida da Bahia, dos baianos, os que saíram vencedores e os que saíram derrotados também. Viva a democracia! É por isso que estamos aqui. Para isto é que fomos eleitos, para lutarmos e construirmos um Estado cada vez melhor.

Aproveito esta oportunidade igualmente para parabenizar e desejar boa sorte aos quatro colegas eleitos prefeitos das suas cidades, como a deputada Cláudia Oliveira, em Porto Seguro, que com certeza enche o povo daquela terra da esperança de viver novos tempos e dias melhores.

A mesma situação vive a população de Irecê, onde o colega deputado Luizinho Sobral foi eleito prefeito, a de Bom Jesus da Lapa, com o prefeito eleito Eures Ribeiro, e a de Campo Formoso, que elegeu prefeito o deputado Adolfo Menezes. Os três foram eleitos para cuidar do seu povo, da sua gente. Tenho certeza absoluta que a vontade do povo será soberana e prevalecerá.

Por último, quero abraçar o meu colega e querido amigo deputado Gildásio Penedo, pois certamente ontem não foi um dia de vitória apenas dele, já que foi marcado por uma vitória também deste Poder Legislativo, que mostrou a sua força e independência escolhendo um dos seus melhores quadros para representá-lo no Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Cheguei aqui e tive pouco relacionamento com V.Ex^a. Não fazemos política na mesma região, apesar de o senhor ser votado principalmente na cidade de Sátiro Dias, juntamente com o deputado João Leão. Cheguei como um admirador seu. Pudemos conviver ao longo destes dois anos, e me espelhei num deputado jovem, ainda com apenas 38 anos, mas já demonstrando a sua experiência. Saiu da Bancada da Oposição com a cabeça erguida e ingressou no PSD do nosso vice-governador Otto Alencar, assumindo a sua liderança e defendendo a bandeira do governo dos baianos escolhido pelo povo, o governo Jaques Wagner.

Então desejo-lhe boa sorte no cargo para o qual esta Casa o escolheu ontem. Tenho certeza absoluta da representatividade forte que ela terá com a figura de V.Ex^a.

Quero desejar também boa sorte, aproveitando já para dar as boas-vindas, aos suplentes. Alguns sucederão os prefeitos eleitos. São os deputados Marquinhos, o capitão Fábio...

(O deputado Capitão Tadeu fala fora do microfone.)

O Sr. CACÁ LEÃO:- Muito obrigado, deputado Capitão Tadeu.

(...) major Fábio, Jurandy Oliveira, que retorna para cá, e Gaban, que virá para a vaga que o deputado Gildásio irá deixar em fevereiro.

No mais desejo a todos os baianos um feliz Natal, um 2013 cheio de amor, esperança e, em especial, deixo o meu abraço aos funcionários desta Casa, aos amigos que nos ajudam a fazer o nosso mandato parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, ocupo a tribuna neste momento - e poderia fazê-lo através de uma comunicação inadiável, como por direito me prescreve o Regimento Interno da Casa, mas preferi assim, deputado Cacá Leão - para deixar escrito nos Anais e dar ciência a esta Assembleia, deputada Maria Luiza Laudano, a todos aqueles que nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*, que tenho procurado ser um deputado cumpridor das minhas obrigações e do meu dever.

Tenho procurado ser assíduo. Mas confesso que a inquietude toma conta do meu ser, porque, neste segundo semestre, por razões supervenientes e por razões alheias à minha vontade, não pude apresentar, nesta Casa, um mandato produtivo como espero fazê-lo mais para adiante.

Estive impedido de fazê-lo, porque estou em tratamento de saúde. Desde o início de junho, foram diagnosticadas patologias arrítmicas de transtorno elétrico do coração, notadamente a fibrilação atrial e extrassistolia ventricular. Desde então, estou em tratamento medicamentoso e acompanhamento, praticamente semanal, no Instituto do Coração, o InCor, em São Paulo.

Deputado Gildásio Penedo, honra-me saudá-lo, talvez, pela última vez, como deputado nesta Casa. E este velho coração cansado e cheio de arritmia sangra em vê-lo deixar-nos. V.Ex^a é, justamente, um dos melhores quadros do Parlamento da Bahia.

Provavelmente, amanhã, terei de fazer uma opção. Irei fazê-lo, porque médico que sou, cardiologista de formação, eu tenho a possibilidade de tratar-me. Mas tenho a possibilidade, deputado Carlos Geilson, de me submeter a um tratamento curativo que será a cirurgia de ablação dos dois atos, quais sejam, o ato esquerdo e o ato direito.

Na verdade, para os leigos, é uma cauterização do endocárdio que é a parede interna do coração, a geradora dos focos de ectopia que se caracteriza no eletrocardiograma como arritmia. É preciso cauterizar esses focos nas duas aurículas. E a possibilidade de cura disso, na primeira cauterização, oscila em torno de 80% e não em 100%, porque, em 20% das vezes, essas ectopias reaparecem e não se sabe por quê. Somente depois da segunda cauterização alcança-se 100% de cura.

Dito isto a V.Ex^{as}., peço desculpa ao povo da Bahia por não ter podido, neste segundo semestre, desempenhar a minha atividade como quero e como conhece o povo da Bahia. Mas vou fazer esta opção curativa para poder, a partir de fevereiro, desempenhar, aqui, o meu mister com responsabilidade, empenho e respeito ao povo da Bahia que me concedeu este poder de representação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 3 minutos, o nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados e nobres deputadas, Srs. Servidores desta Casa, senhores nas galerias, hoje, estamos em atividades, dentro de nosso mandato, principalmente dentro de nossa equipe e de nosso gabinete, justamente, fazendo uma avaliação, um balanço do ano político e das nossas atividades nesta Casa e na sociedade como um todo.

Abrindo essas atividades, tivemos a participação do nosso companheiro, secretário de Planejamento, Sérgio Gabrielli, que fez uma análise da conjuntura estadual, nacional e do nosso partido. Esse ilustre baiano, figura das mais importantes do Partido dos Trabalhadores, fundador do partido, primeiro candidato a governador, que se tornou um dos executivos mais importantes do país, foi atacado pela Revista Veja, no final de semana. A revista requentou uma matéria de julho, que já havia sido respondida pela Petrobras, e traz à tona um conjunto de ofensas e de tentativa de desqualificar a liderança popular mais importante do mundo do trabalho, na militância dos interesses do povo trabalhador e do povo oprimido deste país, que é o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, entendemos que essa tentativa de desqualificar o companheiro José Sérgio Gabrielli é no sentido de associá-lo ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela relação que sempre teve de companheirismo, parceria e pelo fato de ser um dos executivos que mais serviu ao governo Lula. Ele fez um trabalho fundamental à frente de uma das empresas mais importantes do mundo, claro, por ser uma empresa com uma participação estatal importante- apesar de não ser uma empresa pública - ali ele também tem que servir como instrumento de regulação, que venha a estabilizar o mercado e a ajudar as políticas públicas do governo.

Portanto, aqui fazemos um desagravo, defendemos a reputação, a competência e o trabalho mais longo na presidência e na participação daquela empresa, do nosso companheiro José Sérgio Gabrielli. Ele ajudou o governo brasileiro, a sociedade brasileira, e também a economia, na medida em que aquela empresa extrai, refina e produz o petróleo, que é essa energia fundamental.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, sabemos que esse cerco da mídia e da Oposição tem como fim, justamente fazer esse combate no sentido de 2014, porque não vemos no horizonte essa mesma oposição com a capacidade de gestar uma liderança que tenha a capacidade, nem de competir, com algum nome apresentado para a disputa de 2014, pelas condições como está consolidado esse projeto que vem sendo implantado pelo Partido dos Trabalhadores no nosso país.

Deixo aqui o meu apoio, solidariedade e desagravo ao nosso brilhante companheiro José Sérgio Gabrielli.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson, nobre representante de Feira de Santana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, querido amigo Aderbal Fulco Caldas, hoje ciceroneado pelo deputado Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão, Cacá Leão. Não tão, assim, leonino, não tão forte, o leão está na muda para ver o que acontece na política baiana.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvi atentamente o discurso do deputado Targino Machado, a quem quero desejar uma breve recuperação. O deputado, pelo que entendi, fará uma cirurgia idêntica à que fará um jogador do Vitória que tem menos de 20 anos e que só agora se descobriu que ele tem uma arritmia cardíaca. Chegou na divisão de base do Vitória ainda menino e agora na Seleção Brasileira Sub-20 se descobriu que ele tem esse problema cardíaco e terá que fazer, como disse aqui o deputado Targino Machado, uma ablação.

Então, deputado, V.Ex^a que é combativo, que é um deputado aguerrido, ultimamente tem-se esforçado bastante para estar presente nesta Casa para cumprir com o seu mister, para justificar aos seus eleitores e aos municípios que V.Ex^a representa a sua luta em defesa deste Estado, mesmo enfrentando esse problema de saúde que, sabemos, pela sua disposição, pela sua garra será perfeitamente superado. E estamos aqui na torcida pela sua volta e mais forte. Targino mais Targino, aquele Targino que a gente conhece, bom de briga, que está um pouco devagar no processo de recuperação, mas voltará oxigenado para o próximo ano de 2013.

Quero aqui também pegar carona no que disse o deputado Cacá Leão. Até quero falar isso quando os nossos companheiros estiverem aqui, companheiros que estão deixando esta Casa, a exemplo de Cláudia Oliveira, minha querida deputada Cláudia Oliveira que se elegeu prefeita de Porto Seguro; o querido amigo Adolfo Menezes, prefeito de Campo Formoso; Eures Ribeiro, prefeito do município de Bom Jesus da Lapa, e o querido amigo, correligionário, companheiro de Partido, deputado Luizinho Sobral, que terá a missão de governar a sua cidade Irecê pelos próximos quatro anos. Além desses que se elegeram também deixa esta Casa o nobre deputado Gildásio Penedo.

Então vamos sentir a ausência desses colegas os quais passamos a admirá-los nessa convivência de quase dois anos nesta Casa. Eles estão partindo para governar seus municípios, mas já o deputado Gildásio Penedo para ocupar uma das cadeiras do Tribunal de Contas do Estado.

Vamos desejar boas-vindas aos companheiros que estão chegando, eles têm uma responsabilidade muito grande que é representar esses bons deputados que se afastam desta Casa. Saudamos também a vinda do deputado Carlos Ricardo Gaban, que ocupará a vaga de Gildásio Penedo. Então, meu caro deputado Cacá Leão, teremos, a partir de fevereiro do ano que vem, cinco novos companheiros; cinco novas caras aqui no Parlamento, alguns já sobejamente conhecidos, como é o caso de Gaban, de Jurandy Oliveira e também do major Fábio.

Quero concluir as minhas palavras dizendo o seguinte: que o ano de 2012 foi um ano, eu diria, de afirmação para esta Casa; um ano em que projetos importantes foram debatidos. Esta Casa em algumas situações virou um verdadeiro turbilhão, mas é isso que enriquece esta Casa, é isso que enriquece o Parlamento que é o debate, que

é o enriquecimento do ponto de vista do contraditório. Fechamos o ano de 2012, ainda temos muito trabalho na tarde-noite de hoje, quem sabe na madrugada, mas estamos aqui para cumprir com o nosso papel delegado pelo povo baiano para que pudéssemos representar esta sociedade, cada um no seu ponto de vista, cada um na sua linha ideológica, mas a melhor linha que há é a linha na defesa do povo, e é nessa linha que devemos posicionarmo-nos, porque, afinal de contas, fomos eleitos para isso.

Muito obrigado, pelo caro deputado Aderbal Fulco Caldas, assessorado pelo deputado Reinaldo Braga.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores presentes nas Galeria Paulo Jackson, todos aqueles que nos ouvem, que nos assistem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para discorrer sobre algumas medidas que o governo federal tem tomado na direção de se contrapor ao momento por que passa a economia internacional, principalmente o que anda ocorrendo naquelas economias ditas do mundo desenvolvido e também para festejar o acerto de uma série de medidas, medidas anticíclicas que foram tomadas no sentido de estimular o consumo, de ampliar o mercado interno, de fazer com que a roda da economia brasileira se mantivesse no meio desse turbilhão de uma forma a não estar prostrada, como as economias do mundo desenvolvido.

Várias foram as medidas corajosas de desoneração tributária de setores importantes, a exemplo do setor de energia. Estou falando, inclusive, na manutenção dos preços dos combustíveis, da gasolina, do diesel, do querosene, medidas que foram também importantes para manter aquecido o setor automotivo, que tem uma cadeia importante que contribui decisivamente para o PIB brasileiro. Agora, mais recentemente, uma desoneração importante no setor que tem sobre si a responsabilidade de responder pelo dinamismo em cada município do Estado brasileiro, do País, inclusive aqui também no Estado baiano, que é o setor da construção civil, capitaneado por uma iniciativa histórica do governo Lula e agora, dando prosseguimento, o governo Dilma, que é esse programa vitorioso Minha Casa Minha Vida, que está colocando no mercado de trabalho levas e levas de trabalhadores não especializados que, há muito tempo, não tinham essa possibilidade de estar no mercado de trabalho com tanta facilidade, num passado recente.

Assim foi também a indústria têxtil, a indústria de tecnologia de informação. Mas para nosso desalento, nós também testemunhamos, apesar do esforço da presidente Dilma para desonerar o setor da energia elétrica, fazendo com que as contas domésticas e as contas da indústria tivessem um recuo entre 16 e 20%, quando os governos que estão sob o domínio tucano, mais precisamente os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, não atendem aquilo que a medida provisória do governo Dilma coloca à disposição, frustrando dezenas de milhões de

brasileiros consumidores de baixa renda que pela primeira vez, na história deste País, teriam uma desoneração importante de até 20% nas suas conta de energia.

Mas com todo esse esforço, chama-nos a atenção que nessa semana uma revista prestigiada, uma revista inglesa a *The Economist*, estava pedindo a cabeça, a demissão do ministro Guido Mantega, incomodada, provavelmente, por essa transição por que passa este País, onde os rentistas, aqueles que vivem da ciranda financeira, não encontram lugar para poder fazerem as suas especulações, e os fundos de investimentos não estão gostando desse novo momento em que o país, onde os investimentos produtivos, o risco no investimento é quem, de fato, está na ordem do dia, e não como no passado recente, a ciranda financeira a fazer a alegria dos fundos de investimentos, muitos deles internacionais, que aplicavam na ciranda financeira sem gerar um único emprego em território nacional.

Portanto, nesse momento importante da transição em termos macroeconômicos por que passa este nosso País, a revista de grande prestígio, centenária, pede a cabeça de um ministro no ato de ousadia, exatamente no momento em que estamos tendo uma transição de valor inestimável, onde o investimento produtivo passa a ser a ordem do dia, onde o investimento em infraestrutura, em logística, nos portos, nos aeroportos, na produção de energia, principalmente renovável, faz do Brasil um país diferenciado.

Portanto, Sr. Presidente, estamos sendo testemunhas de um novo momento, em que este País passa por uma importância jamais vista, depois de 500 anos de história, com apenas 12 anos de uma administração transformadora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o nobre deputado Aderbal Fulco Caldas pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores funcionários, venho a esta tribuna, hoje, não para propor nem criticar, mas para dar uma palavra de encerramento e de satisfação, de júbilo, pelo desempenho do Parlamento Baiano neste ano que se finda, o ano de 2012.

Tivemos um ano consideravelmente produtivo, tivemos uma Oposição vigilante, fiscalizadora, intrépidos guerreiros em que tivemos em contrapartida da Bancada de Situação, de sustentação do governo, uma Bancada solidária, também preponente, que produzimos satisfatoriamente, e num clima harmônico, de muito respeito, de muito debate, mas respeito recíproco entre as duas bancadas e entre os parlamentares, em que todos desempenharam o seu papel de parlamentar e especialmente para fazer uma despedida de alguns companheiros que irão prestar serviço ao povo baiano em outra esfera, nos seus municípios de origem, e que aqui prestaram inestimáveis serviços a todo o Estado da Bahia, mas que agora, pelo reconhecimento dos seus patrícios e dos munícipes, foram eleitos prefeitos, como é o caso do companheiro Adolfo Menezes, no município de Campo Formoso, que teve uma vitória retumbante e que deixará este Parlamento depois de ter prestado

inestimáveis serviços à Bahia e aos baianos e a continuar a sua prestação de serviço como gestor do seu município, é o caso, por exemplo, da nossa querida e respeitada amiga e colega Cláudia Oliveira, que no município de Porto Seguro, a partir do dia 1º assumirá, o cargo de prefeita, eleita que foi com a maioria absoluta do povo daquele município. E sei que, como fez aqui, também fará naquele município histórico de Porto Seguro, prestará um excelente trabalho àquele município.

De igual modo, o companheiro Eures Ribeiro, no município de Bom Jesus da Lapa, sendo eleito com expressiva maioria, esmagadora maioria por aquele povo, e também irá continuar a sua prestação de serviço, como fez para todo o povo baiano, fará para aquele próspero município. E o companheiro Luizinho Sobral, no município de Irecê, que também eleito prefeito, a partir do dia 1º de janeiro começará o seu trabalho, sei que é um jovem empreendedor, de bons projetos, e que pelo amor a sua terra prestará serviços aos seus munícipes.

E de modo especial nos despedimos hoje aqui do companheiro Gildásio Penedo Filho, que irá para o TCE, como conselheiro daquela corte de contas, um cidadão que chegou aqui muito jovem e que consolidou o seu trabalho com competência, com dedicação, um deputado assíduo, muito responsável e de ótima convivência entre seus pares, tanto é que a sua vitória foi unânime aqui nesta Casa, digno da confiança de todos os seus pares para exercer a partir de agora, merecidamente, o cargo de conselheiro daquela corte de contas, onde, tenho certeza, pela sua competência e seriedade, fará um serviço muito bom em benefício da Bahia na fiscalização do Executivo.

Quero aproveitar também para desejar a todos os meus pares, aos funcionários desta Casa, ao povo da Bahia um Natal feliz e um ano novo de prosperidade, saúde, muita paz, que o sonho de cada um se realize e que o dia a dia desse ano novo seja de todas as formas possíveis cada vez melhor. Que tenhamos a competência e o propósito de reparar nossos erros e procurar a melhorar a partir de nós mesmos, porque o aniversariante dessa época, o Cristo Jesus, o que ele quer de nós não é presente, objetos materiais, mas a melhoria de todos nós e a participação, a contribuição, para que tenhamos um tempo melhor, de menos desigualdade, mais prosperidade, amor e paz, é o que Cristo Jesus espera de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, volto a falar sobre um tema que tenho abordado constantemente: o risco que a população de Salvador corre neste momento de ter que pagar estacionamento nos *shopping centers*.

Falei aqui e repito mais uma vez: justiça seja feita. Um dos principais responsáveis para o não-pagamento de estacionamento em *shoppings* chama-se o prefeito João Henrique. Nos seus oito anos de mandato, evitou a cobrança de estacionamento em *shoppings*. Nós, provavelmente, seremos presenteados em

janeiro, depois da saída do prefeito João Henrique, com a cobrança de estacionamento em *shopping*.

Com a palavra o prefeito ACM Neto! Com a palavra o prefeito ACM Neto!
Com a palavra o prefeito ACM Neto!

Temos um projeto de lei aqui, mas o tempo não vai permitir nos aprofundarmos agora sobre a questão da constitucionalidade, sobre a questão do mérito. Mas, objetivamente, temos um projeto de lei, já aprovado por unanimidade a constitucionalidade, cujo relator foi o deputado Carlos Geilson, vice-líder da Oposição. Foi aprovado por unanimidade na segunda principal comissão desta Casa, que é a Comissão de Defesa do Consumidor, o relator foi o nobre deputado Carlos Geilson. E agora encontra-se nas mãos do relator Euclides Fernandes, que já informou que dará um parecer favorável. Portanto, nas principais comissões desta Casa, o projeto já passou por unanimidade. Por que então não podemos votá-lo hoje, aqui? Aliás, podemos votar o projeto hoje, pois ele está pronto para ser votado na medida em que as principais comissões deram parecer favorável.

Aí podemos entrar no debate se o projeto é constitucional ou não. Eu confio na Comissão de Constituição e Justiça e naqueles que fazem parte dela. Ora, se essa comissão deu uma posição de que é constitucional, não podemos estar preocupados se os *shoppings centers* vão achar que o projeto é inconstitucional. Naturalmente os *shoppings centers* vão dizer que é inconstitucional como estão dizendo que o Município não pode legislar. Vão dizer que o Estado também não pode legislar. E vão dizer que a União não pode legislar. Então, quem pode legislar? É um outro planeta?

O tempo é curto e eu gostaria de me aprofundar nessa tese da constitucionalidade e do mérito também, mas quero deixar claro que não vamos desistir dessa luta! Com o projeto sendo aprovado ou não, o IAPAZ – Instituto de Ação e Estudos pela Paz com Justiça Social vai ingressar com uma ação contra a cobrança de estacionamento nos shoppings, defendendo a tese de relação de consumo e de que o preço do estacionamento está embutido nas compras que os consumidores fazem dia a dia nos *shoppings centers*.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Paulo Azi por 5 minutos.

(O deputado Paulo Azi desiste de falar.)

Não há orador inscrito no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria, ou o representante do PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, houve uma permuta entre o deputado Capitão Tadeu e o deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra pelo tempo de 10 minutos, o nobre deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da

imprensa, senhores das galerias, senhores funcionários.

Início a minha fala agradecendo ao ilustre deputado Capitão Tadeu pela permuta do tempo do seu partido conosco, devendo o seu partido ou o Bloco da Maioria indicar orador para o tempo do PSC.

Sr. Presidente, início minha fala, dizendo que, novamente, de forma equivocada, o deputado Álvaro Gomes se pronuncia no mínimo por ingenuidade, remetendo ao futuro prefeito ACM a responsabilidade de impedir a cobrança dos estacionamentos nos *shoppings centers* de Salvador. A responsabilidade pelo julgamento do mérito dessa lide é do Poder Judiciário.

Ocorre que este Parlamento, mais uma vez, é omissos em defesa dos interesses dos baianos, porque não levou a cabo a sua responsabilidade de tentar impedir a cobrança desses estacionamentos.

O deputado Álvaro Gomes está habituado com as ingerências de um Poder no outro e acha que como faz o governador Jaques Wagner em ingerência a toda hora no Poder Judiciário e no Poder Legislativo, ele acha que ACM Neto chegará a Prefeitura de Salvador e terá comportamento igual ao de Wagner e que apresentará ingerência no Poder Judiciário...

O Sr. Álvaro Gomes:- V.Ex^a é favor da cobrança nos estacionamentos?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Não é assim que a banda toca. Dizem-me diversos amigos e familiares, preocupados até mesmo com a minha saúde, para eu me recolher em algum aprisco toda a minha indignação, pois, segundo eles, nada vai mudar com os meus brados. Repetidas vezes, tenho a eles perguntado se o conselho é para eu fingir que nada vejo, que de nada sei para em seguida responder em tom provocador. Vocês estão vendo que comportamentos desse tipo, nada vi, nada sei, nos tempos hodiernos terminam em julgamento pela mais alta corte da Justiça, como no presente assistimos os julgamentos dos mensaleiros. Julgamento àquele que transformou o Ministro Joaquim Barbosa em herói dos incautos cidadãos que já não acreditavam na prestação jurisdicional para impor limites aos crimes de colarinho branco.

Não me reporto ao julgamento dos mensaleiros pelo Supremo com satisfação. Antes, o faço, com profunda tristeza, pois ali vi julgados por diversas tipificações penais, meus, confesso, antigos ídolos como José Genoíno e José Dirceu, aliás, ídolos não só meu, mas da minha geração.

Com isso não quero dizer que a minha geração foi uma geração perdida, até, porque, aquela geração dos anos 60, início dos anos 70 marcou com as suas lutas a história deste País, construindo, de fato, a democracia que ora vivemos. E em defesa e respeito a minha geração não vou fingir satisfação nem que nada vejo, ao invés, apresentarei sempre a minha indignação.

Desculpem-me àqueles deputados que diferentemente pensam ou se comportam de outra forma, mas a régua que meço os meus atos é escolhida por minha consciência.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, encareço, encerrando esse período legislativo, dizer-lhes que está muito difícil ser político. Está muito

difícil cumprir o mandato de deputado no presente momento. Faço parte de um Poder que está rendido, repito, rendido com “R”, ao Poder Executivo do Estado da Bahia, deixando de lado as nossas prerrogativas. Nada se fiscaliza, pois quem aqui determina o que fazer é o Poder Executivo. A função legiferante é desprezada, pois não se aprovam projetos de autoria dos deputados, embora existam nas comissões temáticas desta Casa boas propostas e boas ideias emanadas dos Srs. Deputados. Os projetos de autoria dos deputados muitas vezes não são nem analisados, independentemente dos seus méritos, pois na maioria as vezes as Lideranças do Governo mandam arquivar, simplesmente porque eles não interessam ao governo. A alegação que muitas das vezes é utilizada para rejeição dos projetos de autoria dos deputados é que não podemos aprovar projetos que geram despesa para o Poder Executivo.

Então, que nós todos, deputado Carlos Geilson, façamos um apelo ao chefe do Executivo - aproveite as boas ideias dos Srs. Deputados, inclusive os deputados da base de governo, e encaminhe essas ideias, através de projetos, para esta Casa com a lavra do Executivo para análise e aprovação pelo parlamento estadual.

Esta Casa, mesmo quando se reúne, como ontem, para eleger um seu membro, deputado estadual, para o Tribunal de Contas do Estado, diga-se da mais alta envergadura política e pessoal como é o deputado Gildásio Penedo (...) certamente, com certeza, a indicação teve que passar pelo crivo do governador, que aprovou ou quiçá encaminhou o nome do deputado Gildásio Penedo para esta Casa. Verdadeira ignomínia, não posso deixar de dizer que é uma verdadeira ignomínia, o julgado, aquele que pode vir a ser julgado por um tribunal escolher o seu juiz, o seu julgador. O Governador Jaques Wagner deveria passar bem distante dessas indicações para o Tribunal de Contas do Estado, independente do mérito do indicado, como é o caso do deputado que teve o nome nesta Casa aprovado ontem, Gildásio Penedo.

Então, resta-me perguntar qual é o nosso papel. Qual é o nosso papel? Declarar entidades de utilidade pública? Qual é o nosso papel? Credenciar entidades para receber dinheiro público? Qual é o nosso papel? Conceder títulos honoríficos, muitas das vezes a figuras estranhas à vida da Bahia.

Hoje, Sr. Presidente, vamos votar somente para satisfação do governador mais um remédio amargo para a população da Bahia, amargor que se traduz através de aumento de impostos e criação de taxas absurdas. O orçamento do Estado para 2013 é peça que deveria ser analisada, que deveria ser emendada, que deveria ser, com isso, melhorada e aprovada. A sua análise é mera peça de ficção. A Lei Orçamentária do Estado da Bahia que será aprovada aqui, hoje, é mais uma proposição enviada pelo governo para esta Casa em caráter impositivo. Aprova ou não aprova, não há outra opção para os deputados. Não quero, Sr. Presidente, criar polêmica, haja vista que tudo o que se diz aqui a respeito do reinado instalado na Bahia é motivo de críticas ou ressalvas, em discursos que a mim parecem terem o único objetivo de prestar serviço ao rei.

Repito, não quero polemizar, mas se forem entendidas as minhas colocações como ensejadoras de lide, primeiro respondam-me esclarecendo qual é o papel que

estamos prestando à sociedade. O nosso mister é numa democracia representativa, o difícil papel de representar o povo, no caso o povo da Bahia.

Será que nós, aqui, estamos auscultando os anseios, os sentimentos, os sonhos da população para, em seguida, atuarmos indo ao encontro dos interesses populares? Creio que não. Não estamos fazendo por merecer o mister, o papel, o poder, o dever e os mandatos que nos foram outorgados pelo povo. E, no mínimo, estamos contrariando o nosso desiderato para não firmar que estamos prevaricando.

Sr. Presidente, faço um parêntese para lhe dizer que usei uma palavra, prevaricar, e para que não venham, em seguida, dizer que aqui xinguei, quando disse, em certa época, me referindo ao governo, que era um governo desgraçado, eu estou agora dizendo que os deputados podem estar prevaricando. E Aurélio Buarque de Holanda prescreve o seguinte: prevaricar significa faltar ao dever, faltar por um interesse ou má fé aos deveres do seu cargo, do seu ministério, enfim, incorrer em falta, errar.

No momento, Sr. Presidente, para concluir, terei que me ausentar desta sessão, pois estou deslocando-me para São Paulo, onde estou em tratamento de saúde, no Hospital do Coração do Hospital das Clínicas, da USP, o Incor, na tentativa de buscar um tratamento curativo para as minhas arritmias cardíacas.

Mas vou, Sr. Presidente, deixando para trás os meus dignos pares com a difícil missão de votar conforme os ditames das suas consciências, ou em obediência ao poder maior, o poder central. Mas, vou com o velho e combalido coração cansado de guerra, mas cheio de esperanças que, a partir de hoje, esta Casa possa votar em favor do povo da Bahia, num brado heroico e retumbante de independência.

Deus salve o Parlamento, Deus também há de prover um Natal feliz para todos os baianos, para todos os senhores deputados, funcionários desta Casa, e um 2013 exitoso para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Todos nós desejamos pleno sucesso, pleno êxito e a cura definitiva da sua saúde, pois V.Ex^a é um parlamentar muito competente, muito útil e um amigo que muito queremos, presamos e consideramos. Rogo a Deus Todo-Poderoso que V.Ex^a tenha pleno êxito.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Agradeço, Excelência, os votos, porque tenho certeza absoluta que essas palavras emanadas de V.Ex^a são tradutoras dos verdadeiros sentimentos que contaminam o Natal, que é a tolerância, a fraternidade, a solidariedade humana e, sobretudo, o amor incondicional.

Muito obrigado a V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou representante do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará a nobre deputada Maria Luiza Laudano.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pelo tempo de 10 minutos, concedo a palavra a nobre representante Maria Luiza Laudano, representante do município de Pojuca.

A Sr^a **MARIA LUIZA LAUDANO**:- Muito obrigada, Sr. Presidente, é uma honra para nós tê-lo presidindo esta sessão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, ouvintes da *TV Assembleia*, ouvintes da Galeria Paulo Jackson, que nos honram com sua visita, minhas queridas taquigrafas, funcionários da Casa, hoje venho a esta tribuna para desejar Feliz Natal para todos os colegas, para todos os funcionários da Casa, imprensa, todos aqueles que passaram este ano conosco aqui, muitas vezes até altas horas da noite. Pedir a Deus menino que nos abençoe, ao nosso Deus supremo, que ilumine a família de todos nós e que a gente possa fluir muitos e muitos resultados nesse ano de 2013 que se aproxima.

Gostaria também de levar meu abraço fraterno para todos aqueles que nos auxiliam nesta Casa, especialmente, aos meus assessores que ajudam, que trabalham diuturnamente, em todos os momentos. Gostaria de deixar meu abraço, um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações.

Mas, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos vários projetos a serem votados aqui na Casa e me preocupa muito o projeto TL 20.083/2012, que é o projeto que aumenta os impostos. Eu ouvi atentamente a palavra do governador em uma rádio da capital, onde ele dizia que vai ser um ano de sacrifício, um ano muito difícil, um ano preocupante, mas que tudo faria para que pudesse ter bom êxito no progresso do nosso estado da Bahia. Tenho certeza de que vamos ter um progresso. Mas o que me preocupa, é que num ano tão difícil, cheio de problemas, cheio de decisões que ainda podem ser tomadas, nós temos que votar num projeto que aumenta os impostos.

Inclusive, um dos itens desse projeto é quando eleva a alíquota do ITD, incidente nas doações, de 2 para 5%. Realmente, é um aumento grande e a gente fica a pensar porque vamos ter que levar para o povo da Bahia, para nossa comunidade, porque quando aumenta os impostos, não é só para a classe média, a classe rica, é para todos. A classe de baixa renda também vai sofrer esse problema e a gente fica muito preocupado, Srs. Deputados, Sr. Presidente, com esse teor.

Mas vamos analisar, quem sabe se alguém apresenta alguma emenda e raciocinemos todos num consenso, para que a gente possa analisar e não fique aqui representando nosso povo, a nossa comunidade que confia em nós, e tenho certeza que todos, tanto o Executivo quanto o Legislativo, nós aqui da Assembleia, temos o direito e o dever de bem representá-los e, sem dúvida alguma, levar o melhor para nossa comunidade.

A nossa comunidade espera de todos nós, que a gente possa aqui representá-los, defendendo seus direitos, olhando de um modo geral, como é que se comportam os projetos que aqui vêm. Tenho certeza de que estamos atentos e tenho certeza de que o governo também, através da sua executiva, dos seus assessores, do seu secretariado, estão também muito preocupados. A gente vê desde a Presidência da República, dizer no exterior, dizer para todo o Brasil que nós estamos enfrentando, e

vamos enfrentar, um ano muito difícil. Isso é preocupante. Não tenho dúvida de que é preocupante. Todos nós estamos sofrendo um problema desse, além de já termos, inclusive, deputado Carlos Geilson, o aumento do salário mínimo que vem aí e outras alíquotas que vêm surgindo para que possamos desempenhar um trabalho que a nossa comunidade fique satisfeita.

Também queria dizer para os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que temos a obrigação de melhorar a nossa educação, melhorar a nossa saúde. Sabemos que muito fizemos neste ano de 2012, mas sem dúvida alguma, todos os municípios que não têm ainda condição de dar assistência a toda a clientela, em todas as especialidades, vez que muitos dos hospitais não têm condição de contratar médico para cada especialidade, além de ser difícil o deslocamento desses médicos de Salvador para o interior... Muitas vezes temos na nossa região – Esplanada, Acará, Itanagra, Araçás, Entre Rios, Nova Soure, Cardeal da Silva - municípios muito distantes nos quais sabemos que é difícil a assistência à saúde. Às vezes, quando os pacientes chegam aos hospitais de médio porte, não existe médico para todas as especialidades. O que acontece? O paciente é internado para entrar numa regulação. Temos que trabalhar para conseguir um leito para que esse paciente que passa pela regulação seja transferido para o hospital dentro de Salvador. Vejam bem os Srs. Deputados que ao tempo em que estamos nesse circuito de transportar esse paciente para adquirir o leito, o paciente encontra-se no hospital sem atendimento especial para o problema que tem. Ficamos preocupados que o estado geral de saúde desses paciente vá piorando. Às vezes é levado a óbito antes de ser transferido para os hospitais.

Temos levado isso para o nosso grande e dinâmico secretário Jorge Solla, que reputo um dos melhores secretários que o governo Jaques Wagner tem. É um homem que dá atenção aos deputados, é um médico que, onde estiver, em qualquer reunião em que esteja, atende ao celular e depois responde para que possamos desenvolver um atendimento. Nunca nos deixa, realmente, sem atenção, tem feito tudo para que possamos atender bem aos nossos pacientes, àqueles que estão realmente sofrendo nos hospitais. Sabemos que o número de leitos nos hospitais da capital é muito pequeno para a demanda que vem desse interior, de todo o Estado da Bahia. Sabemos que o Hospital Roberto Santos aumentou o número de leitos, de UTI, sabemos também que existe o HGE com nova demanda. Temos, inclusive, pessoas lá dentro que são muito capacitadas. Costumo dizer que dentro do HGE temos médicos especialistas de muita competência e que atendem com presteza, de imediato, mas realmente a demanda é muito grande.

Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente, pela tolerância. Muito obrigada. Desejo novamente a todos um Natal repleto de felicidade e um 2013 cheio de realizações, de muito progresso e muita paz.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco

Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará por 10 minutos o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, ontem fiz um breve relatório da atuação da Comissão de Saúde desta Casa, composta por valorosos deputados, como a vice-presidente Graça Pimenta, Marcelino Galo e os demais.

Nós realmente trabalhamos durante este 2012 visitando hospitais e também as comunidades. Quero agradecer mais uma vez ao deputado Alan Sanches, que igualmente faz parte do nosso Colegiado e trouxe a sua contribuição, assim como a toda a assessoria e ao presidente deste Poder, que nos deu total apoio nas 7 audiências públicas que tivemos. Aprovamos 10 projetos de lei que passaram por lá, e uma das ações que mais se destacou foi a do Assine + Saúde.

O Assine + Saúde é um projeto de iniciativa popular, e hoje ainda se colhem assinaturas. Na segunda-feira tivemos o apoio dos Hospitais do Subúrbio, Geral do Estado e Ana Nery, além de outros que também pediram que colocássemos o posto de coleta de assinaturas. Tivemos postos também no interior da Bahia, como na nossa querida Princesa do Sertão, na Câmara de Vereadores. Fomos apoiados por toda a sociedade, inclusive as igrejas evangélicas.

Recebemos ainda o apoio do sul da Bahia, na cidade de Itabuna, com o vereador eleito Francisco. De Alagoinhas, com o vereador Djalma, que igualmente abraçou essa causa. De Ilhéus, com o vereador Ivo Evangelista. De Cachoeira e Cruz das Almas, com o vereador Valter. Enfim, verdadeiramente o apoio e a mobilização continuam de vento em popa.

É importante falar que esse projeto não é de um deputado nem da Comissão, mas sim de todos os parlamentares. É um projeto da sociedade, de iniciativa popular. Então não tem partidatismo nem cor, porém cada um de nós deve colocar o nome na história, porque no momento em que vocês assinam com certeza vão representar aquilo que hoje tem sido realidade. Atualmente estamos vivendo um novo período na política, o ficha limpa, uma ação também de mobilização da iniciativa popular, pois mais de um milhão e quinhentas mil assinaturas pediram a moralização na política através dos políticos: prefeitos, deputados, governadores, presidente da República.

Tudo isso passa por este processo que é uma realidade hoje. Tivemos a eleição neste ano de 2012. Já vimos o resultado desta mobilização popular, pois passa pela moralidade que está sendo vivida e é realidade hoje. Tivemos vários casos, nessas últimas eleições, de prefeitos eleitos que não assumirão devido à questão da ficha limpa.

Então, Sr. Presidente, vejo que com a mobilização do *Assine Mais Saúde* pode vir mais recursos para a saúde pública, não só para o estado da Bahia, mas para todos os municípios do Brasil. Só existem 11 estados mobilizados com o *Assine Mais*

Saúde hoje. Mas quando a lei for aprovada, quando a presidente Dilma Rousseff reconhecer que a Emenda nº 29 à Lei nº 141 de 2000 for aprovada e a Emenda nº 29 de 2002 precisa ser cumprida, não só para os municípios, para os estados, mas, também, para a própria presidente da República.

Nós, como cidadãos brasileiros, somos, realmente, quem passa para o governo federal mais recursos para administrar o nosso País. A carga tributária é alta. Da mesma forma que a Emenda nº 29 determina que os estados têm o limite de 12% para investir na saúde, os municípios têm a obrigação de investir 15%, também o governo federal deve fixar 10% da sua receita bruta para ser investido em municípios para a nossa saúde.

Falando ainda de saúde, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, temos de parabenizar o governo do estado que tem feito e se preocupado, através do Sr. Secretário de Saúde, Dr. Jorge Solla, com uma saúde de qualidade. O governo tem trabalhado incansavelmente.

Teremos, no próximo ano, a ampliação do Hospital Geral do Estado que será construído. Então, isso mostra o compromisso que o governo tem com a saúde. O governo tem investido. Este ano distribuiu várias ambulâncias para os municípios, distribuiu também 70 viaturas do SAMU. A frota foi renovada com a presença do ministro e, diga-se passagem, o ministro da Saúde visitou mais de cinco vezes o estado da Bahia durante o ano de 2012. Cada visita do ministro a este estado tem trazido, também para o nosso estado, recursos para investir na área da saúde. Realmente, isso está sendo feito. No entanto, da forma que a saúde da Bahia estava, realmente não se resolve dentro de quatro ou cinco anos.

Esperamos, Sr. Presidente, já que estamos terminando este ano de 2012, que a saúde melhore em 2013. A Comissão de Saúde tem acompanhado atentamente cada passo das ações do governo do estado. Espera-se que, em 2013, avancemos mais e, aliás, podemos avançar mais.

Hoje mesmo, iremos votar o orçamento para o próximo ano. Em Brasília, os deputados federais estão votando o orçamento, também, para o próximo ano. Isso significa que os recursos e as emendas indicadas foram direcionadas para cada estado e para cada município, a fim de que possam, realmente, ter resultado no ano de 2013.

Para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer, mais uma vez, aqui, a confiança de todo colegiado da Comissão da Saúde que confiou em nosso trabalho como presidente da comissão nas ações que colocamos em votação. Também, encerramos este ano criando a logomarca da Comissão de Saúde nesta Casa. Dependerá agora do nosso presidente Marcelo Nilo se, realmente, dentro da legalidade a comissão possa ter a sua logomarca, a sua marca, deputado Reinaldo Braga. Isso foi um avanço da comissão.

Quero agradecer e desejar a todos os Srs. Deputados um feliz ano novo, um ano novo cheio de paz, cheio de felicidade, muita saúde e mais força para trabalhar em 2013.

Um forte abraço a todos que nos assistem através da TV Assembleia. Que Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do bloco parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, foi feita uma permuta. O deputado Targino Machado já falou, e o tempo agora é da Bancada da Maioria. O senhor deve ter esquecido. Houve a permuta porque o deputado Targino Machado precisava sair.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Essa permuta se deu no horário das Representações Partidárias. Foi Targino Machado, depois Maria Luiza.

O Sr. Marcelino Galo:- Então, agora falará o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o nobre deputado Carlos Brasileiro, MD representante da cidade de Senhor do Bonfim.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores desta Casa, membros da Imprensa, chegamos a esta tribuna para comentar sobre dois assuntos: primeiro sobre o projeto de lei nº 16.095/2007, de autoria do deputado Álvaro Gomes, do qual fomos relator na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho.

Existem comentários internos nesta Casa que o projeto poderia não vir a esse Plenário por conta de inconstitucionalidade. O nosso parecer foi favorável ao projeto de lei, sob entendimento dos nossos juristas, especialmente do advogado Gilvan Almeida, que entende ser a matéria constitucional, por isso nosso relatório foi favorável à implantação da lei, e esperamos que, caso não seja ainda neste ano, com a maior brevidade possível do ano vindouro, esta lei seja votada.

Quero ler rapidamente parte do relatório, para que já possamos começar a discutir esse tema, deputado Álvaro, com os demais pares, pois, no nosso entendimento, é um abuso que se cobre estacionamento nos shoppings ou em outros empreendimentos comerciais que, conforme sua fala, e eu concordo, já está embutido nos preços de tudo que consumimos nesses estabelecimentos.

O relatório diz (Lê):- *“A Constituição da República Federativa do Brasil/88 - CRFB, aliada ao Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei nº. 8.078/90), inaugurou uma nova era na efetivação da cidadania em nosso país. Desde então, os cidadãos brasileiros contam com um poderoso instrumento de proteção das relações de consumo.*

Entretanto, os diplomas legais supramencionados representam muito mais que um instrumento de proteção do cidadão, sendo um verdadeiro convite à sociedade civil para que, junto a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, se organizem na proteção e defesa dos direitos consumeristas.

É o que se identifica mediante o estudo da propositura em tela, uma vez que guarda relação íntima com a atribuição Constitucional, dos demais entes federativos, de resguardar o direito dos consumidores através leis que busquem minimizar a sua condição de hipossuficiente da relação jurídica.

Sendo assim, no tocante as disposições do Projeto de Lei nº. 16.095/2007, que trata acerca da vedação de cobrança, a qualquer título, pelo uso do serviço de estacionamento de veículos automotores fornecido por estabelecimentos comerciais no âmbito do Estado da Bahia, encontram-se devidamente consubstanciados no inciso V, §§ 1º ao 4º do Art. 24 da CRFB/88,ipsis verbis:

"Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...);

V - produção e consumo;

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário."

Então, mostra que, se não há uma lei federal tratando claramente sobre o assunto, o estado tem autonomia para criar suas próprias leis.

Desse modo, trata-se de disciplina legislativa concorrente, de regulação das relações de consumo, ao passo em que é resguardada à União, a competência de legislar sobre normas gerais, o que foi feito com a edição do Código de Defesa do Consumidor. Tal fato, contudo, não exclui a competência dos estados-membros de fazê-lo de maneira complementar, com a particularização de situações não enfrentadas pela regra geral, como é a hipótese da proposição in casu."

Então, esse é o parecer que nós fizemos na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. No que depender de nós, deputado Álvaro Gomes, vamos levar isso adiante. Os nossos pares da Oposição reclamam que estamos, aqui, votando as cegas – o que não é verdade – projetos que aumentam taxas que, inclusive, estão menores do que as de qualquer estado da Federação. Eles reclamam das taxas que vão ser colocadas no projeto de lei desta tarde e, ao mesmo tempo, são a favor da cobrança da taxa do estacionamento, então acho que há uma incoerência muito grande, porque no tocante ao projeto de lei do Estado quem vai ser taxado são as pessoas que têm um patrimônio elevado, são pessoas que têm um faturamento elevado e não a maioria esmagadora da população baiana que não será atingida por esse projeto.

Outro assunto que nos traz preocupação, nesta tarde, por isso viemos à tribuna, Sr. Presidente, senhores pares, diz respeito à estiagem prolongada que ainda compromete por demais a situação do nosso Estado, particularmente do Semiárido baiano. Trago, aqui, uma preocupação da nossa região do Piemonte Norte de Itapicuru, da qual Senhor do Bonfim é a sede regional. Para a nossa preocupação maior, por isso trago essa demanda a esta Casa, invocando ao governador Jaques Wagner para que, além das medidas que já foram tomadas para minimizar o

sofrimento dos produtores e também da sociedade baiana, particularmente do Semiárido, agilize o mais breve possível a possibilidade de implantação de uma adutora vinda do Rio São Francisco para a nossa região.

Hoje, o estágio das barragens nos traz extrema preocupação, porque já estão abaixo de 8% da sua capacidade hídrica. Se não chover até o mês de abril, possivelmente a região do Piemonte Norte do Itapicuru estará numa situação extremamente delicada. Para que isso não ocorra pode-se tomar algumas medidas. Sabemos da importância do agronegócio na geração de emprego e do próprio alimento para a população. No momento em que vivemos de estiagem prolongada, com o risco que correm das nossas populações não só humana, mas também animal que carecem desse bem precioso que é substancial para a vida, eu faço, aqui, nesta Casa, um apelo, mando uma mensagem ao governo do Estado, em particular para a Comissão da Seca, para que suspenda o sistema de irrigação da Barragem do Ponto Novo. Se isso não for feito, os seres humanos e até os animais vão sofrer muito mais, caso a chuva não chegue até o mês de abril.

Essa é uma coisa extremamente preocupante, porque não há projeções, pelo menos muito satisfatórias, de que as chuvas pesadas, chuvas que guardam água nos nossos barramentos, nas nossas barragens menores possam chegar até os meses de março ou abril. Daí a minha preocupação, enquanto representante daquela região. Por isso, apelo ao governo do Estado para que esse sistema de irrigação de Ponto Novo seja suspenso imediatamente, de modo a evitar uma calamidade com ausência de recursos hídricos para o ser humano e até para os animais daquela região.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Para encerrar, desejo a todos os pares, aos servidores desta Casa, à imprensa e a todos que fazem desta Casa a Casa do povo, um Natal cheio de paz, harmonia, e que nós, não só neste período, mas em todos os dias do próximo ano, possamos estar mais solidários e fraternos, para construirmos uma sociedade mais humana e mais igual.

Tenham todos um feliz Natal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT-PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o incansável deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):-Com a palavra pelo tempo de 10 minutos o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, em meu primeiro pronunciamento, disse que iria retornar à tribuna para fazer uma fundamentação do nosso projeto, ou seja, o projeto de nossa autoria que tramita nesta Casa e proíbe a cobrança de estacionamento nos *shoppings*.

Evidente que esse é um tema polêmico, e aqui ninguém está escondendo essa polêmica, essas dúvidas que existem. Afinal de contas a sociedade é dividida em

classes. A sociedade não é única, uniforme. Na sociedade, temos opiniões divergentes. Cada classe defende os seus interesses e busca a fundamentação legal, jurídica, para sustentar as suas posições.

No caso em discussão, nós temos aqui um projeto de lei que proíbe a cobrança de estacionamento em *shoppings* e outros estabelecimentos comerciais, como supermercados, clínicas, hospitais etc. A fundamentação que nós estamos fazendo é constitucional. Ela está na Constituição federal e já foi relatada aqui pelo nobre deputado Carlos Brasileiro, que além de fazer uma fundamentação técnica e jurídica, também fez uma fundamentação da questão do mérito, da importância desse projeto.

Nós queremos, aqui, relatar algumas situações. Vou citar dois exemplos: a Lei dos 15 minutos, que brotou do Sindicato dos Bancários da Bahia e foi apresentada na Câmara de Vereadores pelo nosso camarada Daniel Almeida.

Durou muitos anos para serem aprovadas a Lei das Portas Giratórias e a Lei dos 15 minutos. Essas leis foram aprovadas, mas não foram sancionadas. Foi reapresentada, e não foi aprovada. E foi apresentada de novo. Depois de a lei aprovada e sancionada, os bancos ingressaram com uma ação arguindo a inconstitucionalidade da lei sob o argumento de que o sistema financeiro era de competência exclusiva da União. E é verdade, legislar sobre sistema financeiro é competência exclusiva da União. Mas o município não estava legislando sobre o sistema financeiro, e sim sobre relação de consumo. E com essa tese de relação de consumo, que está assegurada na Constituição federal, os bancários e a sociedade ganharam essa batalha jurídica. Portanto, foram duas leis originárias daqui de Salvador que brotaram do sindicato dos Bancários e que, hoje, são uma realidade. Além de ser lei, no caso das portas giratórias, é uma lei que está sendo cumprida na íntegra. Agora, para se transformar em lei houve a polêmica, depois houve o questionamento que levou até o Supremo, e depois dessas batalhas ainda houve uma outra batalha que foi a implementação. Hoje, as portas giratórias são garantidas por uma lei inquestionável e está sendo cumprida.

A Lei dos 15 minutos é inquestionável e está sendo cumprida parcialmente, não em sua totalidade. A Assembleia Legislativa da Bahia e as Assembleias Legislativas do Brasil inteiro precisam comprar essa briga de buscar legislar em defesa da sociedade, respaldadas na Constituição Federal e sem temer o que o adversário vai dizer, o que a outra parte vai dizer, porque a sociedade é dividida em classes. Temos os dois lados, os dois argumentos. O que não pode é parar de lutar, é fortalecer o argumento técnico do adversário, se nós temos argumentos técnicos, jurídicos, constitucionais nossos, de defesa da sociedade. Então, porque não aprovar aqui o projeto de lei? Se esse projeto de lei vai ser questionado ou não é um problema de quem questionar. A nossa obrigação é defender a sociedade, é defender aqueles que mais precisam, é buscar construir uma sociedade com justiça social e paz.

Questionamentos vão haver, nobre deputado Reinaldo Braga. Os shoppings questionaram, porque disseram que não pode ser o município. É evidente que se a lei for aprovada aqui os shoppings vão questionar, também, que não pode ser o Estado. É evidente que se for feita uma lei nacional eles vão questionar que não pode ser a

União, que é propriedade privada, que é isso, que é aquilo outro. Ora, se o município não pode, se o Estado não pode, se a União não pode, quem é que pode? É um ser extraterrestre de outro planeta, do planeta Marte, de Júpiter? Quem é que pode? Temos que cumprir com a nossa obrigação e fortalecer a nossa tese, até porque sou um protetor da questão da defesa do consumidor, e isso foi um grande avanço. Entendo que essa questão é relação de consumo. Ou não é? O que vamos fazer quando vamos ao shopping? Quando estacionamos nosso carro no shopping vamos fazer o quê? Consumir. Seja o almoço, seja o cinema, principalmente com essa onda consumista. Então, todos que vão ao shopping vão consumir. É uma relação de consumo. Ora, sendo relação de consumo, é competência também do Estado. Aliás, o nobre deputado Carlos Brasileiro, na sua fundamentação, colocou uma coisa interessante: na questão da relação de consumo, a União estabelece normas gerais. Não é só competência do Estado como também obrigação. Aquilo que não tem legislação, que não está preciso, o Estado tem obrigação de legislar. E temos de cumprir com a nossa obrigação.

Mais uma vez, eu gostaria de ouvir qual a posição do prefeito ACM Neto, porque o prefeito João Henrique, justiça seja feita, conseguiu segurar durante 8 anos a tentativa dos shoppings de cobrar o estacionamento. Então, se a posição do prefeito ACM Neto for contra, naturalmente não teremos a cobrança de estacionamento em *shoppings*.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar o orador por 10 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre Líder e experiente deputado Reinaldo Braga.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, durante 10 minutos, o nobre deputado representante de Xique-Xique e das margens do Rio São Francisco, o experiente e competente Reinaldo Teixeira Braga.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Sr. Presidente, deputado Aderbal Caldas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a esta tribuna tratar de um assunto já bastante falado e discutido, mas infelizmente nós parlamentares, principalmente os federais, não lhe temos dado a devida atenção. Estou falando da reforma política.

Logo no início desta Legislatura, por nossa iniciativa, sugerimos a criação de uma Comissão Extraordinária para tratar do assunto, com o intuito de colaborar com os parlamentares federais deputados e senadores mandando sugestões, discutindo o problema, ouvindo as pessoas, as lideranças políticas, os presidentes de partidos, a sociedade civil. Fizemos isso por algum tempo, porém confesso que até por conta das eleições municipais tivemos dificuldade de reunir essa Comissão.

Todas as vezes que procuramos na imprensa, tanto escrita quanto falada e televisada, as entrevistas dos parlamentares, todos eles se referem ao tema dizendo

que depende de uma reforma política para se mudar o sistema eleitoral e que é preciso fazer isso e aquilo, mas essa mudança nunca acontece. Qualquer dificuldade que surge na vida política do País, Estado ou Município, todos falam logo de pronto que isso seria resolvido se houvesse uma reforma política nacional.

Citamos aqui várias vezes que a própria Justiça - o Supremo - tem feito as vezes do Parlamento quando se tratou da verticalização, quando tratou da fidelidade partidária, quando se tratou das cláusulas de barreiras, quando fez várias modificações ou interpretações, como eles dizem, em número de vereadores.

Observem, como nós não acudimos a este assunto, como nós não nos debruçamos sobre este assunto, o Poder Judiciário tem feito isso com muita frequência, pois o próprio Poder Judiciário puxa, para si mesmo, esta responsabilidade. Daí se falar muito de “judicialização” da política no Brasil. O Supremo Tribunal Federal tem, entre outros assuntos, investido em cima de preceitos que deveriam ser apreciados pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado.

Agora mesmo, nesta questão do mensalão, há a dúvida se o STF pode ou não cassar o mandato de deputado que tem os seus direitos políticos subtraídos. Questiona-se se isso é de competência da Câmara ou do Senado ou se é competência do Supremo. Vê-se, na própria Constituição, dois artigos conflitantes: o art. 15 e o art. 55. O art. 15 diz que o parlamentar, que tem os seus direitos cassados ou subtraídos, perde o mandato. O art. 55 diz que caberá a decisão à Câmara dos Deputados. Na própria Constituição Federal, os dois artigos se conflitam. E os culpados por tudo isso somos nós, parlamentares, que não corrigimos essas coisas e não clareamos este assunto para que se tenha uma padronização e para que se tenha uma sistemática.

Quero, mais uma vez, chamar a atenção deste assunto e pedir aos deputados estaduais que, na próxima sessão legislativa, ou seja, no próximo ano, a gente possa se debruçar melhor sobre este assunto para discutir e para contribuir com o plano federal no sentido de que possamos ter uma reforma política que venha a atender aos reclamos da sociedade civil, da classe política para que a gente possa, daqui para a frente, entender melhor essa coisa e contribuir, de uma maneira efetiva, com a questão da reforma política.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. REINALDO BRAGA:- Eu dou o aparte ao deputado Aderbal Caldas, porque é uma pessoa interessada. Mesmo não fazendo parte da Comissão Extraordinária da Reforma Política desta Casa, todas as vezes em que nos reunimos, ele sempre está presente voluntariamente, para com a sua sabedoria, nos ensinar alguma coisa.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Nobre deputado Reinaldo Braga, realmente, eu tenho bastante interesse inclusive de estar presente para ver o seu raciocínio, pois o senhor é um homem muito experiente, estudioso e sensato. Mister se faz que tenhamos uma reforma política o mais urgente possível, pois o Código Eleitoral, com o voto eletrônico, ficou obsoleto, apesar de ser um código muito bom e de muito fácil interpretação. Mas com o voto eletrônico, ele ficou desatualizado.

O voto obrigatório, também no Brasil, é um contrassenso. O voto é obrigatório e dificultado. O eleitor é vinculado à sua seção. Ele não pode votar nem em seu próprio município em outra seção. Hoje, com o voto eletrônico, poder-se-ia votar em qualquer lugar. São várias coisas. A população fica inconformada nas eleições proporcionais, quando é eleito um candidato com menos votos e outro candidato perde, mesmo tendo tido mais votos. A população fica inconformada com isso.

Por fim, o financiamento público de campanha. Particularmente sou contra. Seria muito bom se pudéssemos realmente inibir, proibir rigorosamente o financiamento gasto clandestino, criminoso. V.Ex^a, que é um deputado experiente, sabe que mecanismo temos para impedir isso?

Eu sou pobre e vítima disso. Vejo crescer os gastos clandestinos ou criminosos nas campanhas eleitorais. Então como se faz para se rastrear aquele dinheiro, que não é dado por cheque nem foi transferido via conta corrente, que é levado no saco de supermercado e com a boca amarrada? Só vejo de positivo o fato de darmos um mínimo de condições aos afro-descendentes, mas os outros continuarão gastando o dinheiro imoral, criminoso e clandestino porque não conheço mecanismo que possa coibir essa prática.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Reinaldo Braga.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Concordo com V.Ex^a e agradeço pela participação no debate. Evidentemente que já tratamos de todos esses assuntos: lista fechada, pré-ordenada, financiamento público de campanha, sistema proporcional, misto. Tudo isso é discutido, ninguém é contra nem aqui nem no Brasil. Mas, também, ninguém vota, ninguém parte para efetivar uma posição do Parlamento.

Outra questão diz respeito às eleições de dois em dois anos. Por que não unificar? A eleição precisa ser geral, como já aconteceu. Em 1982 teve eleição para governador, prefeito, deputado federal, estadual, senador, vereador e prefeito. E naquela época não existia o voto eletrônico, deputado Carlos Brasileiro. Era escrevendo o nome ou marcando com um X no nome do candidato.

O povo aprendeu a votar e votava ligeiro. São coisas que todo mundo fala, mas não realiza, não concretiza. Isso leva a um descrédito do mundo político. A população não entende a questão de um parlamentar ser eleito com menos voto do que outro e entrar devido a legenda do partido, pois atingiu o coeficiente eleitoral, ou seja, um vereador obteve mil votos e não foi eleito, enquanto outro com seiscentos votos foi eleito- porque era de outro partido. Então essas coisas precisam ficar mais claras e temos que tomar uma posição.

Seria bom se nos reuníssemos no próximo ano- mesmo não fazendo parte da comissão, levem suas experiências para que possamos traduzi-las em medidas importantes e efetivas e que possamos levá-las ao Congresso Nacional.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da maioria, ou Líder do PSD, para falar ou indicar o orador pelo tempo

de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, o deputado José Neto, Líder do governo e da maioria nesta Casa, falará por tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao deputado Zé Neto, nobre representante de Feira de Santana e Líder do Governo, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, em verdade, hoje é um dia importante. Espero que possamos sair daqui com uma composição que nos garanta o encerramento do semestre legislativo ainda hoje. Claro que sei que não é nada alvissareiro tratar de alinhamento de taxas, impostos, especialmente criação, como estamos a criar, a taxa de incêndio. Mas é importante salientar que neste instante em todos os Estados do Brasil há um movimento contundente em todas as secretarias da fazenda sobre o assunto, pois é uma necessidade de todos os municípios e Estados o ajustamento de contas, ajustamento fiscal.

Quero pedir ao nobre Líder da Oposição, deputado Paulo Azi, a sua compreensão neste instante, não apenas de Líder da Oposição, mas de um político que tem responsabilidade com os desígnios também do nosso Estado, longe da denominação apenas de ser governo ou não ser governo.

Este é um instante crucial para a história da República brasileira. Estamos vivendo, talvez, o pior ano da estabilidade econômica do nosso país; estabilidade conseguida com muito esforço. Diga-se de passagem, nós do PT absorvemos as conquistas que foram, evidentemente, auferidas no governo Fernando Henrique. O que deu certo lá foi assumido por nós e levado adiante, e temos hoje um Brasil que nunca tivemos.

O mundo está em crise. A Espanha está em crise como nunca esteve; Portugal, referencial histórico para o nosso país, está em crise como nunca esteve; a Alemanha que era o último país da Europa que se sustentava sem ter que assumir a gravidade da crise, agora já a assume no seu dia a dia no seu Banco Central. E nós temos que fazer frente a essa turbulência do mundo num Brasil onde o setor privado tem a necessidade, deputado Brasileiro, de permanecer produzindo.

E isso só ocorreu com a política de desoneração fiscal. Hoje inclusive foi anunciado para todo o país a continuidade da política de isenção de IPI para a linha branca e automóveis. Nós temos que manter a linha da desoneração. Vai ser assim como já foi, inclusive, deliberado com relação à energia elétrica. Só na energia, 16,6% menos para o consumidor de energia elétrica.

Agora, a CIDE, que este ano já trouxe um prejuízo a cofres estatais de mais 90 milhões, no ano que vem será maior. Temos certeza, que em função dessa desoneração não houve reajuste da gasolina e do álcool.

Então são essas situações que nos levam a fazer o alinhamento de taxas, como fizemos no Detran, que, aliás, continua com as menores taxas entre os Estados brasileiros. E por isso precisamos criar já que existe em todos os estados brasileiros, menos na Bahia, a taxa de incêndio. Espero que seja aprovada hoje nesta Casa.

Essas situações estão postas como necessidades urgentes de todos os Estados e

municípios que vão enfrentar no ano que vem um momento de extrema dificuldade, mas também de grande possibilidade de superação da crise internacional. O Brasil está seguro com suas reservas cambiais; está seguro com o PIB, que se não cresceu o que se esperava, não está muito distante do que foi previsto para este ano em virtude de nossas medidas.

Então, é a parte que nos cabe de manter pelo menos alguma garantia de que todas, diria, desonerações – não chamaria de perda –, esses ganhos da sociedade possam ser amenizados. E quando nós decidimos reajustar a telefonia, é porque ali na telefonia há a possibilidade tanto das empresas como das famílias de regular esses gastos, o que não acontece, por exemplo, com energia elétrica, que é muito mais essencial.

Portanto, é com essa convicção que faço um apelo à Oposição para refletir sobre esse pacote, que é, na verdade, um pacote necessário para que enfrentemos como Estado e não apenas como governo as dificuldades postas no campo mundial, para que tenhamos condição de fazer frente às necessidades emergenciais permanentes do nosso Estado.

Quero dizer também ao deputado Paulo Azi que o empréstimo que está aqui hoje sendo avaliado por esta Casa, que esses recursos serão investidos na Segurança Pública, na infraestrutura, basicamente. E boa parte desses recursos chegarão para a nossa querida capital do Estado, que é Salvador, governada hoje por um representante da Oposição ao governo do Estado que é Antônio Carlos Magalhães. Eu espero que haja bom senso por parte da Oposição, que tenha condição, inclusive, de refletir que Salvador, que tem apenas R\$ 100 milhões por ano para investimento e infraestrutura, para investimento em diversos outros setores do Estado, para investimento como um todo, vai carecer de um apoio governamental estadual e federal, especialmente estadual, para que tenhamos aqui a condição de poder ter a realização da Copa das Confederações sem maiores complicações; de ter aqui a realização de uma Copa do Mundo que possa nos orgulhar. Mas isso só vai acontecer se nós tivermos capacidade de investimento e se tivermos as linhas de financiamento que, neste instante, passam nesta Casa para serem apreciadas pelos deputados de governo e de Oposição.

Peço essa compreensão à Oposição. Que neste momento tenhamos a condição inclusive de fazer jus ao nosso momento de Brasil com relação ao mundo. Ao nosso momento de Estado não apenas de governo em relação às necessidades dos nossos cidadãos.

Alguém me perguntou se isso compensaria a política federal, se, na verdade, o governo federal daria uma mão e o Estado tiraria com outra. Não. Muito abaixo do que foi feito na desoneração com o governo federal, será motivo de qualquer perda para a população no tocante à dimensão do que está sendo feito aqui no governo do Estado para, diria, diminuir o impacto das perdas orçamentárias.

Nós estamos fazendo um ajuste fiscal que não vai ser restrito aqui no Estado apenas a situações de oneração, de ônus para a população, para a sociedade. Ao contrário, a semana passada, desoneramos R\$ 92 milhões com o IPVA. Quem tem débito de IPVA até o valor de R\$ 500,00, conferidos até setembro de 2012, terá essa

dívida extinta.

Criamos aqui, semana passada, um debate sobre o ITD. A Oposição reclamou. Acabei de falar com o deputado Paulo Azi que a reclamação dele foi ouvida. Alguns deputados de governo também se manifestaram no que tocava à imprensa de que haveria o dobro do valor cobrado de 4 para 8%. Na verdade não era isso o que estava sendo posto. Era que haveria uma extinção de escala, porque 8% já existia e já eram cobrados, inclusive, valores até acima de 8% aqui no Estado para grandes fortunas. Inclusive, quando tomamos o posicionamento de colocar um valor único, houve o entendimento de que haveria a supressão das escalas. Retomamos as escalas e estamos agora com três escalas – uma de 4, outra de 6 e outra de 8% . De 100 para 4; de 6 para 200, e acima de 300 é que teremos 8%. Isso inclusive contempla os interesses daqueles que vieram colocar as suas preocupações com relação a esse valor que seria cobrado a partir da aprovação deste projeto.

Portanto, há de nossa parte, deputado Paulo Azi boa vontade de continuar dialogando. Infelizmente, várias dessas medidas só foram possíveis chegar a esta Casa em função das avaliações econômicas que foram feitas a partir do segundo quadrimestre, ou seja, a partir de agosto, entre setembro e outubro e foram elaboradas em novembro para chegar a esta Casa no fim do ano e buscar de V.Exas., evidentemente, que farão o papel que lhes é cabido, o papel de Oposição.

Peço que façam o papel de Oposição, mas também façam o papel da avaliação sobre os todos os aspectos que dizem respeito à necessidade do Estado da Bahia, não apenas o Governo, quero mais uma vez repetir isso, de fazer frente a essa política nacional adequada da presidenta Dilma, de desoneração, e que tenhamos aqui a condição de compor saídas e, mesmo sofrendo as críticas, que tenhamos a condição e a capacidade de fazer gestões que realmente representam os interesses da população baiana.

No mais, temos, sim, a tarefa, que não é só de Governo, é de toda a classe política deste País, de buscar uma recomposição do pacto federativo, quero dizer, chamar o Governo Federal para repensar como ficará o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, o FPE – Fundo de Participação do Estado. Este ano, até outubro, a nossa perda está em torno de 780 milhões e tenho certeza de que esse tema vai fluir o ano que vem com muito mais intensidade. Precisamos resolver essa recomposição do pacto federativo, porque hoje está posto para todos os estados brasileiros a dificuldade que está posta também para a Bahia. Era o que tinha a dizer.

Espero que tenhamos sempre o bom senso para chegarmos a uma conclusão hoje nesta Casa, não apenas do Orçamento, mas dessas demandas que acabei de elencar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi: - Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado Luciano

Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra, pelo tempo de 10 minutos, ao nobre deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, senhores da imprensa, a Oposição por diversas vezes, inúmeras vezes, denunciou aqui a bandalheira praticada pelo Governo do Estado com os recursos públicos destinados às associações e ONGs. Apesar de a Oposição ter apresentado representação ao Ministério Público de diversos cambalachos dessa natureza, o Ministério Público abriu os inquéritos civis públicos, mas até agora só se tem notícia do Instituto Brasil, onde alguns servidores da Sedur e diretores daquela instituição estão com os bens indisponíveis. Das outras ONGs e associações, não se tem ainda notícia positiva no que diz respeito à apuração por parte do Ministério Público.

Mas quero aqui, deputados José de Arimatéia e Sidelvan Nóbrega, representantes da Igreja Universal, plagiar aqui os jornalistas ou radialistas Raimundo Varela e o Zé Eduardo Bocão, quero plagiá-los para dizer o que o Diário Oficial publica no dia 19 agora é uma esculhambação com o dinheiro do povo baiano, enquanto o Estado da Bahia está devendo aos empreiteiros, aos empresários mais de seiscentos, setecentos milhões de reais, a Conder, a Sedur, o Derba. Essa verdadeira esculhambação está no Diário Oficial do dia 19, o Governo do Estado devendo a gregos e a troianos, mas tem dinheiro para fazer essa malandragem aqui, que já denunciemos por diversas vezes, repassa 23 milhões 329 mil reais para ONG prestar assistência técnica rural.

Agora, imaginem os senhores, entre essas ONGs que vai prestar assistência técnica rural está o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio – MCPS, que recebe a bagatela, deputado Alan Sanches, de 6 milhões e 311 mil reais. Imaginem os senhores, para prestar assistência técnica no subúrbio, mais especificamente na localidade de Alto do Cabrito, deputada Maria Luiza Laudano. Se fosse no Mirangá, em Pojuca, eu até admitiria, porque há uma atividade rural extensiva. Esse dinheiro, deputado José de Arimatéia, que podia ir para a Assembleia de Deus, para a Igreja Universal, que presta serviços de natureza social, vai para uma ONG do Alto do Cabrito. É uma esculhambação com o povo da Bahia, e não é só a do Alto do Cabrito, que recebe 6 milhões e 900 mil, tem o ICEI, Instituto de Qualificação e Cidadania, em Salvador, poderia ser na sua terra em Conquista, no Bate-Pé, em Conquista. Agora, no Alto do Cabrito? Na Avenida 7 de Setembro? Isso é uma esculhambação, são 23 milhões de reais.

Aí vem outra associação, a Associação Pinapá. Essa Pinapá recebe a bagatela de 4 milhões e 790 mil no dia 19/12. E não fica por aí, deputado Coronel Santana, a CAMA, que é Centro de Arte e Meio Ambiente, recebe também para prestar assistência técnica rural, 2 milhões e 443 mil reais. Mas, notem os senhores, toda essa malandragem aqui é para assistência técnica rural.

Pego o jornal do dia de hoje, o jornal *Em Foco*, de Feira de Santana, fiquei abismado ao ler essa notícia: “*Abertas vagas para trabalhar na Secretaria de Agricultura*”, para fazer assistência técnica rural. Isso é uma vagabundagem, com

respeito aos Srs. Parlamentares.

E vou além: na semana retrasada, trouxe para cá quase 300 milhões de convênios para assistência em agricultura, construção de cisternas e barragens, que é competência da Cerb. Olhem os senhores aqui o que acontece com esse governo irresponsável. Esse mesmo jornal *Em Foco* vem com essa matéria: “*Cerb lança edital para novo concurso*”. Deputado Paulo Azi, concurso para engenheiro, para técnicos para prestarem apoio à construção e serviços de recursos hídricos no Estado e o governo libera 300 milhões para ONGs? Isso é uma malandragem, tem que ter respeito com o povo da Bahia, são quase 30 representações da Oposição, são inúmeros inquéritos civis públicos, e notem os senhores da imprensa, isso não é brincadeira, é o *Diário Oficial* do dia 19/12. Entre várias ONGs, aqui está o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio no Alto do Cabrito, recebendo 6 milhões e 800 mil, deputado Sandro Régis, para prestar serviços de assistência técnica rural.

O Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Com o aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Luciano, quero parabenizar V.Ex^a por esse discurso, em que mais uma vez mostra duas coisas: primeiro, que o governo do Estado acredita 100% na impunidade, porque destinar tantos recursos para farra das ONGs, mesmo com as denúncias da Oposição e o Ministério Público atento, é porque o governo realmente não acredita que poderá sofrer sanções.

Segundo, você gastar com uma ONG no Alto do Cabrito com o objetivo de uma assistência técnica rural é porque, deputado, quando eles viram o nome cabrito pensaram que era interior, pensaram que era cabra, para ver como é a esculhambação com o dinheiro público dos baianos, isso é uma farra, uma falta de respeito, o Ministério Público tem que intervir porque não é possível 6 milhões de reais para uma ONG no Alto do Cabrito para assistência técnica rural! Isso é um absurdo!

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Deputado Sandro Régis, quero incorporar o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento. Quero alertar a imprensa, na pessoa da jornalista Regina Bochichio que se encontra na Galeria de Imprensa, até porque, deputado Alan, estou dando uma informação para a jornalista Regina que no dia de hoje comenta-se nos órgãos do Estado em Brasília, na Câmara Federal que o deputado Afonso Florence está vindo aí para assumir uma secretaria e dar lugar a um grande e brilhante deputado, que passou por esta Casa, Emiliano José. Como pode um deputado que foi defenestrado pela presidente Dilma como incompetente, como o ministro mais incompetente que já passou pela União! Um deputado que está em suspeita num processo que envolve a Sedur, cujos diretores tiveram os bens indisponíveis, e os diretores do Instituto Brasil também tiveram seus bens indisponíveis. E agora o governo não satisfeito com essa vagabundagem, que eu levo hoje ao conhecimento público, vem com a nomeação dessa natureza. Não tenho nada de pessoal contra o deputado Afonso Florence, pelo contrário, mas é o que irradia neste momento em nível de Estado da Bahia.

Dizem os mais experientes e os mais antigos que participaram da política que o pior governador da Bahia não foi o Régis Pacheco, que tinha o primeiro lugar em

ruindade, em péssima administração, e, sim, o atual governador que tem trazido para a Bahia os piores dias que esse povo já teve.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o Líder da Maioria, ou o Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Pelo tempo do PT falará o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários, imprensa, povo baiano, subo à tribuna para fazer um apelo: compreendo a dificuldade de caixa do governo do Estado, compreendo que a redução do IPI, que a redução da conta de energia elétrica impacta na receita do Estado, mas não vejo como solução o aumento de impostos.

Sempre me manifestei como cidadão contrário à criação de impostos, principalmente o aumento com relação aos imóveis, nos casos de doação ou transmissão *causa mortis*, está exagerado. Sinto aqui que todos os deputados com dificuldade de votar esse projeto. E venho fazer um apelo, porque no caso doação, passar de 2 para 5% e no caso de *causa mortis*, ainda que tenha sido revisto entre 4 e 8%, mesmo assim, na menor alíquota, há um aumento excessivo do imposto. E eu quero aqui registrar a minha posição contrária ao aumento desses impostos para manter a minha coerência ao meu discurso sobre impostos no Brasil.

O serviço público no Brasil é ineficiente, e não é com aumento de impostos que vai melhorar. A carga tributária no Brasil pesa demais para o contribuinte, e o serviço público nunca melhorou na mesma proporção do aumento de impostos. Lembremos da famigerada CPMF que erra para melhorar a saúde, e não melhorou. Taxas estão sendo criadas aqui e não serão revertidas para a melhoria daquele serviço específico. Taxa é um tributo para remunerar um serviço, divisível e específico. O governo vai cobrar, mas não vai destinar, assim como nós temos o Fundo de Reequipamento Policial.

Então, quero aqui deixar registrada a minha posição contrária ao aumento de impostos. Com relação à taxa de bombeiro eu até concordo, porque o bombeiro, realmente, é uma atividade muito cara, carro de bombeiro é muito caro, mas os impostos com relação à transmissão de bens seja por doação ou *causa mortis* já é um imposto alto, e aumentar ainda mais não dá para aceitar.

Então, fica aqui registrada a minha posição para o registro histórico.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex^a uma

verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

A Secretaria da mesa informa a presença de 15 Srs. Deputados em plenário, portanto, não há número suficiente para a continuidade da presente sessão, motivo pelo qual declaro encerrada.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

Que V.Ex^a use o tempo regimental dos 25 minutos, acione as campainhas (...) não caiu nada (...) e chame os Srs. Deputados. V.Ex^a fez uma questão de ordem que ninguém escutou.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Quem fez a questão de ordem não é a presidência, quem fez foi o parlamentar.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre presidente, V.Ex^a estava no decorrer do uso da palavra, como presidente, quando o deputado Sérgio Régis já levantava a mão solicitando uma questão de ordem a V.Ex^a. V.Ex^a tem que agir com neutralidade e acatar a questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Marcelino, claro que encerrou, mas, para evitar confusão, V.Ex^a concorda que possamos conceder o tempo?

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, fica a cargo de V.Ex^a tomar a decisão, mas gostaria de registrar que os deputados estavam conversando, inclusive havia um deputado na frente dele e ele não se manifestou e, se V.Ex^a acha que deve fazer, encaminhe, mas que os deputados não têm nenhuma razão, porque depois que V.Ex^a declarou o encerramento da sessão foi que ele se manifestou.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Marcelino Galo, o nobre presidente nem iniciou a contagem dos senhores parlamentares que estavam em plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- A presidência entende que a sessão estaria encerrada porque V.Ex^{as} não fizeram questão de ordem, mas vamos abrir uma exceção e peço que seja zerado o painel e que sejam contados 15 minutos.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas que estão na sala do cafezinho e quaisquer outros lugares do prédio deste parlamento, comunico que há um pedido de verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

(verificação de quórum.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, o nobre deputado Luciano Simões subiu a esta tribuna, na tarde de hoje, e, mais uma vez, como é de costume do seu posicionamento político, da sua coragem, trouxe a esta Casa mais uma denúncia gravíssima com relação à atuação das ONG's no governo do Estado, comandado pelo

PT, aqui na Bahia.

E o deputado Luciano Simões traz aqui essa denúncia e cobra uma atuação do Ministério Público com relação a essas graves denúncias desses recursos enviados para as ONG's.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu acho que nós temos que ter, e esta Casa deve ter a responsabilidade, e dentre as suas principais atribuições de fiscalizar os atos do Poder Executivo, deveria tomar a iniciativa urgente de se criar uma CPI para que esses convênios, esses contratos com diversas ONG's que vêm prestando serviços, se é que, realmente, esses serviços estão sendo prestados. Como o deputado Luciano falou, são 6 milhões de reais, realizado um convênio com uma ONG para prestar serviços no Alto do Cabrito, serviços ligados à agricultura. Ora, no mínimo eu acredito que deve ter tido algum equívoco, deputado Sandro Régis, acho, realmente, que essa ONG não deve ser lá no Alto do Cabrito.

E peço, inclusive, aos parlamentares da base do governo que procurem, de imediato, se informem sobre, realmente, o que vem se tornando regularidade por parte do governo, esses convênios com as ONG's, que, muitas vezes, como disse, os serviços não são prestados

Mas, Sr. Presidente, nobre deputado Aderbal Caldas, este Parlamento que teve, esta semana, um dos momentos mais brilhantes, e ao longo dos últimos anos, que foi a escolha do deputado Gildásio Penedo para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e ao mesmo tempo, nesta tarde de hoje, neste dia de hoje, o nobre Líder do Governo e a Bancada do Governo nesta Casa tenta aprovar um projeto que vai de encontro aos interesses do povo da Bahia, um projeto que visa aumentar os impostos e que vai, diretamente, influenciar no bolso do contribuinte, devido, justamente, a uma falta de planejamento, a uma falta de competência administrativa...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbl Fulco Caldas):- Com licença, deputado. Eu pediria que retificasse aqui que a verificação de quórum é para continuidade da sessão, são 15 minutos e não 25 minutos. Por favor, retifiquem.

Continue, deputado. Desculpe.

O Sr. Leur Lomanto Junior - (...), porque a Bancada de Governo traz, como disse, um projeto que vai de encontro aos interesses do povo baiano. E, mais uma vez, de última hora, num açodado término do ano legislativo, o governo traz um projeto de mais de 1 bilhão de empréstimos para ser aprovado na calada da noite, nesta Casa.

Eu já deixei meu posicionamento claro para o Líder da Oposição, deputado Paulo Azi, que não concordo, não vamos compactuar com nenhum tipo de acordo que vise, mais uma vez, conceder empréstimos a este governo, pois isso mostra a falta de competência, meu nobre Presidente, deste governo em buscar soluções administrativas coerentes que visem a diminuir os gastos públicos, que visem a aumentar a receita do estado.

Foram mais de 5 bilhões de reais que este governo, ao longo dos anos, vem recorrendo a empréstimos internacionais para poder solucionar a sua incompetência e a sua falta de planejamento com o nosso estado. Por isso, acho que é importante os

Srs. Parlamentares virem a este plenário, marcarem suas presenças e mostrarem seu posicionamento claro e cristalino, se são a favor deste projeto, tanto da criação dos impostos como dos empréstimos, para que a população baiana possa realmente saber o que pensam e como agem os Srs. Parlamentares.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Essa questão de ordem, Sr. Presidente, aproveitando o horário que é ilegal, ao meu ver, porque o Regimento Interno da Casa não prevê esse tipo de verificação de quorum, revogaram o Regimento da Casa, mas como é a praxe, vou ocupar este tempo para pedir ao deputado Paulo Azi, que nessas questões dos impostos que se vão abater sobre a classe menos favorecida do povo da Bahia, que o deputado Paulo Azi, como Líder da oposição, peça votação nominal para que fique registrado aqui nesta Casa quem realmente votou a favor dos impostos, quem votou contra o povo da Bahia, como foi feito nas questões dos professores, na reforma administrativa e nesses projetos que vieram trazer prejuízo para os servidores públicos e para a comunidade baiana.

E também, no projeto que o governo pretende trazer para o estado, um bilhão de reais, que nada mais é do que um jogo de contas, quando o governo do estado se apoderou dos recursos vinculados do Fundeb e também do Ministério da Saúde, não cumprindo com seus objetivos jogando dinheiro no Caixa único e querendo fazer jogo jurídico com o dinheiro público, a oposição também deverá e pedirá verificação nominal, votação nominal para que o povo tenha conhecimento de como votam os deputados baianos nas questões que são encaminhadas ao Legislativo.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro Presidente Marcelo Nilo, a oposição nesta Casa vai votar contra este abuso, contra este excesso de taxas e impostos. A sociedade não aguenta mais, não suporta mais tanto imposto. A ganância desse governo é uma coisa brutal. O Governo Jaques Wagner vive de tomar empréstimo e aumentar impostos. Agora, o aumento do ICMS. Não bastam outras taxas. Impostos já foram aqui majorados e aprovados na semana passada, agora o Governo propõe novos impostos. O governo tem que propor melhorias para a sociedade, melhorias para o Estado. Os deputados governistas sabem que muitas cidades da Bahia têm apenas um policial militar, o que é uma coisa estúpida! Inacreditável! Imagine uma cidade com 10 mil, 12 mil habitantes com apenas um policial! Será que o governador sabe disso? Será que ele tem conhecimento disso? É isso que tem que ser resolvido.

O Hospital da Criança, deputado Zé Neto, esta semana deixou de fazer cirurgias porque não tinha anestesista. É isso que o Estado tem que resolver. O Estado tem que resolver a insatisfação dos professores que foram engabelados, que foram ludibriados por esse Governo. O que o governador Jaques Wagner tem que resolver é

a insatisfação na Polícia Militar do Estado da Bahia. Prisões, policiais estão sendo excluídos, e o governador havia assumido um compromisso de que os grevistas pacíficos, que não cometeram nenhum ato arbitrário, nenhuma ilicitude, nenhum crime durante a greve, seriam perdoados. O que está acontecendo é exclusão, como lá em Feira de Santana. O PM Josafá Ramos está excluído, está em prisão. Então, esse é o governo que temos e que lamentamos.

O governo precisa reajustar preço de taxas, o governo precisa reajustar impostos, mas dentro de uma coerência, tomando por base o índice inflacionário, não um aumento de 300%, não um aumento de 180%. Por que não repassa o aumento da inflação? O governador Jaques Wagner, que tem essa base soberba aqui na Assembleia, pouco lhe importa, pouco lhe incomoda a sociedade, como ela vai receber isso. Ninguém aguenta mais! Tudo é para tirar da população. É pedágio, porque o governador vendeu tudo... A BA-093, deputada Maria Luiza Laudano, viajei domingo e passei por essa BA, não sei como V.Ex^a não protesta. O governador vendeu essa BA e está uma lástima. Qual o benefício que fez na BA-093? É isso que temos que protestar.

Agora, a base do Governo, coesa, é uma base que apenas balança a cabeça dizendo “amém”, numa situação que vai penalizar a sociedade baiana. Estamos aqui profundamente consternados, tristes em ver que o baiano é quem vai carregar nos ombros e nas costas o peso de um governo ineficaz, ineficiente e incapaz. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que não há quorum para a continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*